

## Educação, Diversidade Cultural e Jogos dos Povos Indígenas

Maria Beatriz Rocha Ferreira  
Marina Vinha

### Resumo

Este trabalho contribui para o debate sobre educação indígena através do evento Jogos dos Povos Indígenas. Estes eventos se inserem na perspectiva dos movimentos associativistas étnicos dos povos indígenas. Estão relacionados com diferentes setores da sociedade brasileira, como Comitê Intertribal de Ciência e Memória Indígena, Ministério do Esporte, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, FUNAI, Governo Estadual e Municipal, Universidades, ONGs, meios de comunicação, participantes indígenas e o público de maneira geral. Os Jogos propiciam *locais* importantes para o ensino-aprendizagem sobre diversidade cultural, práticas corporais, rituais, pinturas corporais, debates sobre diferentes temas realizados nos fóruns sociais.

**Palavras-chaves:** Educação, Jogos dos Povos Indígenas, Diversidade Cultural, Jogos Tradicionais

### Introdução

A educação indígena, responsabilidade exclusiva da comunidade e da família extensa, na maioria das etnias, foi se modificando com o tempo e chegou ao século XXI em outra figuração. As políticas indigenistas de redução territorial, a ausência do Estado na regulação de políticas voltadas à autossustentação, o aumento populacional, a insegurança alimentar, a baixa escolaridade, as perdas linguísticas, as deficiências no atendimento à saúde e a reorganização da família extensa, foram responsáveis por esse processo de nova figuração. Com as famílias voltando-se para um contexto mais nuclear do que extenso, houve muitos impactos nos povos indígenas, de forma geral, e as referências deixaram de ser as mesmas em alguns povos indígenas. Assim, os processos de ressignificações gerando novas identidades sociais avançam em diferentes perspectivas.

No processo colonizador, e mesmo posteriormente, a riqueza da diversidade lúdica entre as etnias foi sendo desapropriada, pouco compreendida e, muitas vezes, condenadas ao esquecimento. O etnocentrismo europeu colonizador forçou o silêncio e/ou esquecimento dos seus rituais e práticas corporais, por serem considerados demoníacos ou incivilizados.

Dentre a diversidade de práticas corporais em desuso ou as preservadas no interior de cada cultura, o presente texto prioriza os jogos tradicionais indígenas. As informações relatadas nos primeiros registros dos jogos indígenas, por missionários, cronistas e viajantes, geralmente europeus (século XVI – XIX) são, muitas vezes, breves descrições dos hábitos e costumes de cada povo. Mostram, no entanto, a exuberância da cultura, ao descrever especialmente o modo de ser, as pinturas e as práticas corporais.

No entanto, quase todos os relatórios são marcados pelos valores dogmáticos de quem as escreveu. A inferência do *ethos* cristão, numa visão eurocêntrica, que entremeia essas descrições, aponta os indígenas como desprovidos de valores morais condizentes com a sociedade europeia. Em que pese tais interpretações, as descrições trazem subsídios de análise para uma releitura atual (ROCHA FERREIRA et al. 2005, 2011, 2012).

Contemporaneamente, a compreensão de ‘jogo tradicional’ está isenta dos vieses sobrepostos pelas visões cristãs e europeias, estando, portanto, sendo mostradas ao público sob o protagonismo dos próprios indígenas. O conceito adotado neste estudo, para jogos indígenas, o compreende como:

Em todas as sociedades indígenas [...] são atividades corporais, com características lúdicas, pelas quais permeiam os mitos e os valores culturais. Eles requerem um aprendizado específico de habilidades motoras, estratégias e/ou chances. Geralmente, são jogados em rituais, para agradecer a um ser sobrenatural e/ou para obter fertilidade, chuva, alimentos, saúde, condicionamento físico, sucesso na guerra, entre outros. Visam, também, a preparação do jovem para a vida adulta, a socialização, a cooperação e/ou a formação de guerreiros. Os jogos ocorrem em períodos e locais determinados, as regras são dinamicamente estabelecidas, não há geralmente limite de idade para os jogadores, não existem necessariamente ganhadores/perdedores e nem requerem premiação, exceto prestígio. A participação em si está carregada de significados e promove experiências que são incorporadas pelo grupo e pelo indivíduo. No contato com os colonizadores e, depois, com a sociedade contemporânea alguns jogos se mantiveram, outros entraram em desuso e outros foram esvaziados do sentido sócio-cultural(sic) original. Atualmente, com o reconhecimento, ainda que tardio, da riqueza das culturas dos povos indígenas que fazem parte da construção da cidadania brasileira, incentiva-se a retomada desses jogos tradicionais e sua re-significação(sic) no contexto da atualidade. Neste contexto, impõe-se o registro da memória dessas manifestações, para se conhecer e compreender a riqueza da ludodiversidade humana, entendida como a imensurável variedade de formas de jogar e dos significados dessas expressões

humanas (ROCHA FERREIRA ET AL., 2003, p. 33).

Com todo este potencial significado constitutivo em cada cultura, e apesar do silenciamento imposto por processos opressores, os jogos tradicionais se mantiveram vivos e significativos, pelo menos no interior das comunidades. Até que, em 1996, na esteira dos direitos conquistados na Constituição atual, quando as culturas, línguas e tradições passaram a ser valorizadas e protegidas como patrimônio imaterial, os povos indígenas se organizaram para retomar suas etnoludicidades. Assim ressurgiram **vários** dos jogos tradicionais e alguns outros jogos populares foram apropriados e ressignificados. Os eventos para demonstrar a prática destes jogos passaram a acontecer em nível interno nas aldeias, inter-aldeias, municipais, estaduais e nacional.

O evento em nível nacional, que já está em sua 12ª edição, objeto de estudo do presente artigo, repercutiu no país e internacionalmente nos diferentes âmbitos da sociedade. E, por isso, podemos afirmar que há um legado deixado por estes jogos, os quais podem contribuir na educação de indígenas e não indígenas.

Neste contexto, a questão pode ser problematizada com a seguinte pergunta: “Em qual sentido o evento dos jogos indígenas pode contribuir com a educação escolarizada dos indígenas e não indígenas”?

Para argumentar sobre a questão proposta, o objetivo deste trabalho é o de contribuir para a compreensão dos “Jogos dos Povos Indígenas” como *locais* de transmissão do conhecimento ancestral e contemporâneo, propiciando processos de ressignificações, autovalorização e salvaguarda cultural.

A metodologia utilizada neste trabalho foi fundamentada nos procedimentos etnográficos, através de observação, entrevistas e acompanhamento em 7 eventos dos Jogos dos Povos Indígenas: Campo Grande/MS (2001), Porto Seguro/BA (2004), Fortaleza/CE (2005) e Recife/PE (2007), Paragominas/PA (2009), Porto Nacional/TO (2011) e Cuiabá/ MT (2013). As entrevistas foram feitas durante os jogos, nos espaços permitidos para que se pudesse realizar a pesquisa, tais como nas ocas, refeitórios, após as reuniões no fóruns. Os formulários de entrevista continham perguntas abertas e fechadas. Para a realização das

pesquisas eram necessárias autorizações do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena.

### **Iniciativas Indígenas**

As iniciativas de estabelecer relações não é uma novidade na história dos indígenas, se pensarmos que sempre houve iniciativas de guerras, de acordos, de paz e de negociações com os ‘brancos’ e entre as etnias, embora seja muitas vezes imperceptível na história brasileira (MONTEIRO, 2001).

No início do século XX, o processo de organização territorial durante a política do Serviço de Proteção aos Índios teve um impacto importante nas sociedades indígenas (LIMA, 1992). A ideia era a de instalar as aldeias próximas às cidades, com o objetivo de integração no Estado nacional. Com os anos, o processo de transformação demográfica, tais como o aumento populacional, a reorganização do espaço rural-urbano, em termos geopolíticos, propiciou maior contato entre indígenas e não indígenas, sem uma política apropriada do governo em educação, saúde e propriedade de terras (AZEVEDO, 2008). Esta situação agravou ainda mais os problemas socioculturais nas aldeias, desencadeando diferentes tipos de doenças infecciosas e não infecciosas, e outras, tais como alcoolismo, desnutrição, ou problemas de baixa escolaridade e perdas linguísticas.

Em decorrência da decadência administrativa e ideológica do SPI, outro órgão foi criado, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pela Lei no 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculado ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado. É o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988.

Os movimentos políticos internacionais e nacionais, assim como as mudanças constitucionais no país, a partir da década de 1960, influenciaram o processo de reconhecimento dos povos indígenas. As mudanças constitucionais foram possíveis, conforme menciona Sant’Ana (2010, pg. 20), com o “embate/debate do movimento indígena que ecoou no Brasil (e em toda a América Latina) no anos 70, momento de muita tensão no país, pelo golpe militar”.

Em termos constitucionais, em decorrência das articulações, dos movimentos, das associações, entre outros fatores, a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), os indígenas passaram a ser reconhecidos como cidadãos, como pessoa jurídica, conforme reza o Capítulo VIII, em seus artigos 215 e 231, respectivamente, o qual responsabiliza o Estado pela proteção e incentivo de todas as manifestações culturais, e assegura “[...] aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições; admite, portanto, a pluralidade cultural característica da nação brasileira, atribuindo à União a tarefa de proteger e assegurar a existência dessas etnias e culturas diferentes”.

Na educação houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB - nº 9.394/96. Na saúde, a Lei 9.836/1999 institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, cria o subsistema de atenção à saúde indígena. Esta cria regras de atendimento diferenciado e adaptado às peculiaridades sociais e geográficas de cada região, entre outras medidas.

Diante do exposto, podemos notar as ações do governo em resposta às demandas dos povos indígenas, através de lutas, tensões e negociações junto aos diferentes setores da sociedade brasileira. Além do mais, a reconfiguração da noção dos direitos indígenas como direitos históricos, sobretudo territoriais, estimulou importantes estudos e políticas que buscaram nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos índios ou, pelo menos, dos seus defensores (ROCHA FERREIRA, 2012).

Esses fatores, entre outros, associados às influências internacionais sobre direitos humanos contribuíram para mudanças nas sociedades indígenas. Novas redes de inter-relações se formaram e contribuíram para o fortalecimento da identidade étnica em diferentes níveis. Por exemplo, as etnias que estavam desarticuladas conseguiram se revitalizar, como o caso dos Potiguara, da Baía da Traição; os Xocó, de Sergipe; os Pataxó, do sul da Bahia, entre outros (MONTEIRO, 2001; MOTA, 2008).

Lembramos que a organização de uma comunidade em torno de seus antigos costumes e/ou mesmo de costumes ressignificados requer a necessidade de separação territorial e cultural. (MOTA, 2008). As práticas alimentares, artesanais, corporais, de curas, entre outras, até então desativadas nas aldeias, começaram a ressurgir.

Como mencionado acima, o associativismo étnico é um dos fenômenos recentes na história

das mobilizações e inserções políticas indígenas. E uma dessas organizações neste âmbito é o "Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena", cujo objetivo central é a organização dos eventos denominados "Jogos dos Povos Indígenas". Estes Jogos representam uma cadeia de interdependência, formada pelo Estado (instituições governamentais), associações indígenas, ONGs, universidades, mídia e público de maneira geral.

### **Jogos dos Povos Indígenas – lugar de transmissão educacional**

Os Jogos dos Povos Indígenas (JPIs) são eventos organizados na cidade através de uma rede de instituições e atores que se inter-relacionam na concretização de um objetivo comum. Os principais protagonistas são: Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena [idealizadores dos Jogos] e o Ministério do Esporte. Outras instituições e atores têm papéis significativos também nos Jogos, tais como o Ministério da Educação, Ministério da Justiça, FUNAI, Governos Estaduais e Municipais, Universidades, ONGs, meios de comunicação, participantes indígenas e o público em geral. Os organizadores destas instituições se inter-relacionam durante todo o processo, com tensões e negociações na organização dos eventos, caracterizados de porte médio, mas de alta complexidade pela magnitude da extensão das diferenças espaciais e culturais a serem solucionadas e o atendimento personalizado, no sentido étnico, a ser alcançado.

A primeira experiência foi em Anhanguera, Goiânia (1996) e daí para frente foram adquirindo experiências e modificando o formato dos jogos. Já foram realizados eventos em Guairá/PR (1999), Marabá/PA (2000), Campo Grande/MS (2001), Marapani/PA (2002), Palmas/TO (2003), Porto Seguro/BA (2004), Fortaleza/CE (2005) e Recife/PE (2007), Paragominas PA (2009), Porto Nacional TO (2011) e Cuiabá MT (2013).

O processo de organização destes jogos, desde 1996, mostra ganhos e superações de todos os atores envolvidos para as realizações dos mesmos. Mencionamos, a seguir, os passos principais que caracterizam os JPIs.

Estes jogos contribuem para a história e o cenário destas cidades sedes. O lema "celebrar e não competir" traz embutido o compromisso de jogar sem *dopping*, sem anabolizantes, sem

roubar, respeitando as diferenças, trazendo a mensagem de se superar sem competir a qualquer preço de acordo com os idealizadores, os dois irmãos Terena (TERENA, 2003; 2011; e TERENA 2007; 2001). Esse lema e seus compromissos representam novas formas das populações se encontrarem e exercerem a alteridade, assim como perceberem suas diferenças e transporem obstáculos. Os entraves políticos entre os setores organizacionais advêm, especialmente, das diferenças de mundos representadas pelas instituições do estado nacional e as dos povos indígenas, que por si já apresentam uma grande diversidade sócio-político-cultural. (ROCHA FERREIRA, 2010, 2011 e ROCHA FERREIRA, *et al.* 2012).

Os cenários dos eventos congregam momentos muito específicos, conforme relatados a seguir.

A cerimônia para acender o fogo sagrado de forma tradicional, com o atrito de gravetos, e realizado ao pôr do sol, no dia anterior ao início dos jogos. Entre os diferentes significados, o fogo representa a união entre os povos, um costume ancestral quando não estavam em guerra. Atualmente o fogo continua sendo aceso em situação de união com a sociedade.

No dia seguinte inicia o revezamento da tocha para ser conduzida até a arena, local da realização dos jogos. A cerimônia de abertura é uma composição de elementos culturais ancestrais e políticos. Há a pajelança, momento de muita espiritualidade. A tocha com o fogo sagrado chega à arena e é entregue para um ‘guerreiro’ que percorre a arena e acende outras tochas até chegar à pira.

Em seguida, ocorre o desfile de abertura com a participação das equipes de cada um dos povos participantes. Cada etnia segura uma placa com seu nome e os participantes chamados de ‘guerreiros’ e/ou ‘atletas’ se apresentam com os adornos e vestimentas típicas. As diferenças étnicas podem ser observadas nas plumagens, pinturas corporais e nos cânticos específicos de cada grupo.

Em algumas ocasiões, as etnias fazem pajelança com danças e cantos ritualísticos ainda na concentração, que é a fase anterior à entrada na arena. Este é um momento muito forte em espiritualidade de cada povo, e que o público não participa e somente algumas pessoas têm acesso neste local.

Na arena ocorrem os jogos, as danças, os rituais que podem ser expostos ao público. O futebol e a canoagem são realizados em locais apropriados. No palanque ficam os

representantes governamentais: Ministros, Secretários e outros convidados; o líder indígena Marcos Mariano Terena e outros convidados indígenas. Os representantes governamentais proferem seus discursos, e o indígena oficializa a abertura dos Jogos dos Povos Indígenas. Os jogos na arena são demonstrados no final da tarde. Entretanto as atividades realizadas no rio, no mar e no campo gramada do futebol ocorrem durante o dia. As tendas de artesanatos são montadas próximas à arena e funcionam durante todo o dia até o final das atividades do evento.

Os jornalistas e as comissões organizadoras têm um local específico com material adequado de multimídia e internet. O Fórum social congrega convidados indígenas e não indígenas nacionais e internacionais, visando debater temas, tais como educação, saúde, ecologia e juventude, comunicações, utilização de energia solar, reflexões sobre os jogos e esportes indígenas, entre outros. Em geral, a reunião é organizada num ambiente próprio, com multimídia para transmissão das palestras. Reunião técnica os organizadores e equipe de arbitragem, responsáveis pelos voluntários e outros.

Há também atividades culturais específicas, realizadas à noite, geralmente nos alojamentos, com ritos, fogueiras, danças, articulações políticas e conversas entre os diferentes povos.

As práticas corporais apresentadas conforme cronograma previamente exposto ao público representam diferentes aspectos das culturas indígenas, tais como as atividades diárias da aldeia [canoagem, corridas, arco e flecha], lutas [*uka uka* e outros combates], jogos [*Ronkrã* – taco e bola, *Tihimore* - boliche, *Xikunahity* - jogo de bola com a cabeça e as danças inseridas em rituais [Dança da Ema e outras e com flautas]. A diversidade dos povos indígenas pode ser visto nas plumagens, pinturas corporais, artesanatos, danças e jogos. (ROCHA FERREIRA, 2010, 2011, 2012).

Um locutor transmite os jogos, com algumas intervenções de líderes indígenas fornecendo explicações sobre os mesmos. O locutor incentiva o público para torcer e aplaudir, mas poderia trazer ainda mais conhecimento sobre as sociedades indígenas participantes e suas culturas. Os meios de comunicação, como jornais, rádios e televisão transmitem as diferentes facetas dos Jogos, mas algumas vezes fazem comentários que não refletem o que está ocorrendo na arena.

O “Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena” (ITC) representado pelos irmãos Terena (Marcos e Carlos) dão o sentido dos jogos e lutam pela continuidade do lema “o importante é celebrar e não competir”. A mentalidade da competitividade para ganhar, vencendo o outro no esporte, se transferida para a compreensão dos Jogos dos Povos Indígenas dificulta o entendimento de uma prática no significado de ‘celebrar e não competir’. E mesmo o estabelecimento de regras ‘rígidas’, sem a possibilidade de se alterar no momento da competição traz problemas. A celebração exige organização, mas não rigidez das regras. O mundo esportivo tem outra lógica.

O Fórum tem um sentido de aproximação do conhecimento milenar e contemporâneo na presença de diferentes atores, líderes indígenas, representantes profissionais/técnicos e personalidades nacionais e internacionais de diferentes setores da sociedade (dependendo da temática) e universidade. Os temas são atuais e refletem preocupações dos povos indígenas, tais como terra, política, ecologia sustentabilidade, juventude, comunicações, utilização de energia solar, reflexões sobre os jogos e esportes indígenas, entre outros.

### **Significados para os participantes**

Os jogos têm significados importantes no processo de aprendizagem para os indígenas. A educação indígena era e ainda permanece sendo em muitos grupos, realizada nas aldeias e transmitidas de pais para filhos, nos clãs ou famílias extensas. No contexto dessa educação tradicional estão os jogos, cujo sentido dos jogos para os participantes tem dimensões mais amplas do que simplesmente participarem dos eventos, pois evocam questões profundas do ‘ser índio contemporâneo no Brasil, como pode ser observado nos depoimentos de líderes e ‘atletas’ nos Jogos dos Povos Indígenas, realizado em Fortaleza (Relatório - ROCHA FERREIRA et. al., 2006, ROCHA FERREIRA, *et al.* 2012), a saber:

Os jogos integram as etnias. Discussão com os parentes. (Pataxó)

É importante para conhecer outras etnias. (Terena)

Importante para saber das outras etnias e ver que estão pobres, com dificuldade de viver. Divulgar a cultura para branco. Os Paresi perdem a cultura. (Paresi)

Importante para encontrar pessoas e trocar cultura. Nos jogos falamos com os parentes e levamos para as famílias. (Wai-Wai)

A gente vem para apresentar a cultura e trocar experiência. (Kaiapó)

Trocar experiência com os parentes (Karajá).  
 É importante para saber das outras etnias. (Javaé)  
 É importante para a aldeia porque tem como trocar experiência. (Xerente)  
 Gostamos para trocar experiência e vender artesanato (Rikbaktsa)  
 A importância dos jogos tradicionais é manter a cultura. Conversam mais sobre suas culturas do que política, pois não entendem muito de política. (Kaiowá)  
 Para o povo, a importância é manter a tradição da etnia e tem muito interesse em conhecer e aprender as “coisas” dos brancos. Aqui é o mais bonito. (Xikrin)  
 Para o povo, a importância é manter a tradição da etnia e tem muito interesse em conhecer outras etnias, parentes, contato com Carlos Terena. (Matis)  
Melhorar a cultura, deixar viva a tradição, valorização. (Gavião Kyikatêje)  
Apresentar, cantar e manter a tradição. (Kanela)  
Mostrar sua cultura, tradição. Experiência boa. Oportunidade de conhecerem as cidades, os povos, vender artesanatos. Bom. Mostrar a cultura (Enawenê-Nawê – coletiva e tradução Fabrício)  
Encontro dos irmãos índios, resgate cultural, conhecer, trocar idéias. (Yawalapiti)  
 Nosso espírito – encontro dos Povos Indígenas. Organização indígena. Conhecemos uns aos outros. Nações indígenas. Gostar de valorizar cultura de nossa nação. (Suruí)  
 Conseguem levar algumas coisas que sabem. Conhecimento das pessoas que não sabem. E passam a conhecer as culturas diferentes, línguas, danças. (Krahô)  
Representa a aldeia, divulga e mostra para ao branco que são diferentes. (Paracanã)  
Mostrar a cultura para não perder. (Aikewara)  
 Oportunidade para mostrar a cultura indígena, continuar a tradição. (Manoki)  
Mostrar sua cultura, tradição. (Nambikwara)  
 A importância dos jogos indígenas é continuar a cultura indígena. Eles têm pouco conhecimento da política e querem saber mais para não ficar na dependência dos brancos, que não respeitam sua vontade e também não querem perder a identidade. (Manoki)

Como pode ser visualizado, os eventos oportunizam momentos profundos de conhecer/aprender, encontrar, apresentar/divulgar, revitalizar a cultura, trocar experiências, evitar perdas culturais, ressignificar, conhecer o outro, integrar, vender artesanato. Estes significados se apresentam em um espaço de múltiplos sentidos para a reconstrução étnica, do ser índio. Representam momentos de visibilidade e de reconhecimento da diversidade cultural, de fortalecimento do parentesco, e da unidade na diversidade. Segundo Nascimento (2004), esse segmento populacional brasileiro está impondo, por sua presença

identitária, a necessidade da academia e de diferentes setores da sociedade, a exemplo da Educação, com a recente conquista dos Territórios Etnoeducacionais.

Segundo Gersem Baniwa (2010, p. 1), “os territórios educacionais são uma nova forma de desenvolver e planejar ações voltadas para o atendimento escolar aos povos indígenas”. Tal organização, ao invés de tratar a educação escolar indígena por município e por estado, vinculando-a aos Sistemas de Ensino, agora está voltada para a organização própria das etnias e dos povos. E leva em conta também “a relação que os povos indígenas têm com seu território, e isso para se trabalhar não somente na perspectiva didática, mas principalmente nas políticas, a forma como se definem as prioridades, as ações, como produção de material didático, os projetos curriculares etc”. É certo que tamanha complexidade não está em prática de imediato, mas já há encaminhamentos positivos nesse sentido, embora não priorizados no presente artigo.

A perspectiva do protagonismo indígena está forte no sentido de rever a compreensão e o respeito às diversas lógicas e cosmovisões advindas das sociedades que constituem o país. Dessa forma, práticas corporais até então esquecidas ou pouco valorizadas contribuem para revitalizar os povos indígenas.

### **Considerações finais**

Este estudo trouxe argumentos para ampliar a compreensão do sentido do evento Jogos Indígenas contribuindo com a educação escolarizada dos indígenas e não indígenas, como *locais* de transmissão do conhecimento ancestral e contemporâneo, propiciando processos de ressignificações, autovalorização e salvaguarda cultural.

Um dos fatores consiste na mentalidade fundamentada na competitividade para levar “a melhor”: se transferida para a educação, dificulta o entendimento da mudança de paradigma, necessária no mundo atual, que é o de ‘celebrar e não competir’, lema dos Jogos dos Povos Indígenas.

Um segundo fator é que o sentido dos jogos tem dimensões mais amplas do que simplesmente participar dos eventos, pois evocam questões profundas do ‘ser índio’ contemporâneo no Brasil: mostrar-se para a sociedade colonizadora, como um sujeito de identidade; usar os eventos e locais como espaços políticos para o exercício da cidadania;

trocar culturas e respeitar a diversidade; reconhecer-se nas semelhanças e diferenças étnicas; articular-se no e para o coletivo; saber administrar o paradoxo entre a reciprocidade e a partilha, perante um sistema competitivo e consumista, onde a celebração e a alegria são mais importantes do que o poder assimétrico e o modo competitivo das relações de “mercado”, assim como valorizar e fortalecer modos próprios de ser e de viver.

Sendo assim, a educação, portanto, só tem a ganhar com essa mudança de paradigma, a partir desta etnoludicidade fomentada pelos Jogos dos Povos Indígenas. Esta celebração, ao contrário da rigidez de nossos sistemas escolares, é organizada e envolve a todos numa energia assertiva e comprometida com o bem viver, que deve ser introduzida também no mundo escolarizado. Esta é uma das lógicas que os povos indígenas buscam no sentido de descolonizar as relações societárias.

### Referências

AZEVEDO, M. M. Diagnóstico da População Indígena no Brasil. Revista Ciência e Cultura. Ano 60, n. 4, out./dez., 2008.

BANIWUA, G. OS Territórios Etnoeducacionais. Acesso em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/entrevistas/56-entrevistas/1003-entenda-a-politica-de-territorios-educacionais-para-povos-indigenas>. Obtido em: 10 jun 2014.

BRASIL 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.

LIMA, A.C.S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: História dos índios no Brazil. Companhia das Letras, 1992, p. 155-172.

MONTEIRO, J. M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001, 233p.

MOTA, C.N. Ser indígena no Brasil contemporâneo: novos rumos para um velho dilema. Revista Ciência e Cultura. Ano 60, n. 4, out./dez., 2008, p. 22-24.

ROCHA FERREIRA et al. Raízes – Jogos Tradicionais. In: Atlas do Esporte no Brasil, 2003, p.33

ROCHA FERREIRA, M.B. Jogos dos Povos Indígenas: identidade e figurações. Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011, p. 29-40.

ROCHA FERREIRA, M.B. Figurações, poder, movimentos indígenas e Comitê Intertribal. In: XIV Simposio Internacional Processos Civilizadores - Civilização, fronteiras e diversidade e IV Seminario do Grupo de Pesquisa - Educação e Processo Civilizador, 2012, Dourados. Civilidade, fronteira e diversidade. Dourados: Editora da UFGD, 2012. p. 1-17.

ROCHA FERREIRA, M. B.; FIGUEIRA J. R.; ÁLVARES, L. D. Relatório dos Jogos Indígenas. Ministério do Esporte e Comitê Intertribal, Memória e Ciência Indígena, 2006.

ROCHA FERREIRA, M.B. & FASSHEBER, M.B. JUEGOS INDIGENAS: FIGURACIONES Y MIMESIS EN NORBERT ELIAS. In: Carina V. Kaplan Y Victoria Orce. (Org.). Poder, prácticas sociales y proceso civilizador. Los usos de Norbert Elias. Buenos Aires: Noveduc, 2009, v. 1

ROCHA FERREIRA, M.B. FASSHEBER, J.R., VINHA. Jogos indígenas: um olhar acadêmico. Capítulo de livro. In: Pedagogia do esporte e competição: aspectos conceituais e procedimentais. Orgs. Riller Silva Reverdito; Alcides José Scaglia; PAULO César Montagner. Editora Phorte. 2012, p. 71-99.

SANT'ANA, G. R. de. Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena. 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

TERENA, M. O Esporte como resgate de Identidade e Cultura. Rocha Ferreira, M. B. et al.. Cultura Corporal Indígena. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2003, p 15- 24.

TERENA, M. Entrevista – Mariano Marcos Terena. In: CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B., VON SIMSON, O.R.M. Jogo, celebração, memória e identidade. Reconstrução da Trajetória da Criação, Implementação e Divulgação dos Jogos Indígenas no Brasil (1996 – 2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011, p. 21-23.

TERENA C. J. O importante não é ganhar, mas celebrar. Revista de História da Biblioteca Nacional, julho 2007, p. 31.

TERENA, M. Entrevista – Carlos Justino Terena. In: CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B., VON SIMSON, O.R.M. Jogo, celebração, memória e identidade. Reconstrução da Trajetória da Criação, Implementação e Divulgação dos Jogos Indígenas no Brasil (1996 – 2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011, 15-19.